TAMAN DUATEÍ: corpo, identidade e memória

TAMANDUATEÍ: CORPO, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Prefeitura de São Paulo
Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa
Departamento dos Museus Municipais
Museu da Cidade de São Paulo

Programa Jovem Monitor Cultural - 2024/2025
Jovem continuísta: **Yara Pereira da Silva**
Educadora: **Heloisa Rosa**
Revisão: **Marfísia Pereira de Souza Lancellotti**
Gestor orientador: **Rodrigo Pereira Fernandes**

museu da cidade de são paulo

PREFEITURA DE SÃO PAULO

"Nas curvas do rio, desenha-se a memória de uma cidade;
na sua retidão, a força de quem tentou apagá-lo."

Rodrigo Pereira Fernandes

Sumário

Introdução 5

A correnteza do movimento Guarani:
A dança do Tamanduateí 6

Outras trocas e conexões 8

Memórias às margens:
entre o movimento das águas e o trabalho 13

Um rio que parou de dançar 15

Rios e várzeas uma categoria social:
memória por entre as águas 17

Identificando o rio Tamanduateí
na cidade de São Paulo 21

Referências 24

O Rio que Nasceu a Cidade:
uma Jornada pela História do Tamanduateí

Em meio à quinta maior metrópole do mundo, com pouco mais de 50% de áreas verdes, o Museu da Cidade de São Paulo nos convida a uma imersão em um material que apresenta a história do rio Tamanduateí. Este que já foi o coração pulsante da Vila de São Paulo de Piratininga, onde nasceu a cidade que conhecemos hoje, sofreu inúmeras intervenções ao longo dos anos. As águas do Tamanduateí, outrora cristalinas e repletas de vida, testemunharam o surgimento e as transformações da cidade, moldando sua paisagem e a relação da água com seus habitantes.

É nesse cenário que a jovem monitora Yara Pereira da Silva, com acompanhamento da educadora Heloísa Rosa, nos conduz por uma jornada sensível e comprometida, desvendando as camadas históricas que se acumularam ao longo dos séculos. Seu olhar atento e curioso nos revela a íntima relação entre a cidade, seus mais diversos habitantes e o rio, expondo uma conexão que se dilui com o tempo, mas que ainda ecoa em nossa memória coletiva.

Através de sua pesquisa no Acervo de Fotografia do Museu da Cidade de São Paulo, este material se apresenta como resultado dessas investigações, nos convidando a redescobrir o Tamanduateí, não apenas como um remanescente curso d'água, mas como um elemento fundamental das origens das identidades paulistanas. As margens, que outrora foram palco de atividades cotidianas e ponto de encontro (e muitas disputas), guardam em si um rico patrimônio histórico e cultural que deve ser valorizado, preservado e, quiçá, um dia restaurado.

O material educativo que você terá acesso a seguir é fruto de um minucioso trabalho de pesquisa que reflete o interesse pela história da cidade de São Paulo, deslocando nossa atenção para o rio enquanto um elemento fundamental, protagonista em sua própria história. Através de fotografias da cidade, textos e um relato da educadora Heloísa Rosa, este material nos permite refletir sobre nossas origens, a exploração de recursos naturais e as relações sociais mediadas pelo território, nos fazendo questionar o nosso papel na construção da cidade.

Nádia Bosquê
Rodrigo Pereira Fernandes
Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos

A identidade paulistana está profundamente ligada à rede fluvial que atravessa a cidade de São Paulo. Os rios da região, além de testemunhas, são protagonistas da história local, refletindo as memórias, origens e tradições de seus habitantes. Entre eles o rio Tamanduateí destaca-se como um símbolo dessa convergência de identidades, com suas águas atuando como um vínculo entre o passado e o presente da cidade.

Com a expansão urbana, as margens do rio Tamanduateí ganharam novos significados, deixando de ser espaços de encontro e socialização para se tornarem áreas voltadas ao progresso econômico. Essa transformação nos leva a refletir: quais identidades e histórias são preservadas e quais são esquecidas ao longo desse processo?

Com base nessa reflexão e em muitas outras que serão apresentadas ao longo deste material, podemos (re)imaginar os caminhos do Tamanduateí e com isso restaurarmos as narrativas culturais e valorizar as águas como elemento fundamental para a vida social e ambiental.

Av. do Estado, Israel dos Santos Marques, 1986

A CORRENTEZA DO MOVIMENTO GUARANI: A DANÇA DO TAMANDUATEÍ

O movimento dos Guaranis está profundamente entrelaçado com a presença do rio Tamanduateí. Para os Guaranis, o rio e suas margens representam um espaço de identidade, convivência e conexão com a natureza, sendo essencial para sua organização social, econômica e cultural.

Segundo a antropóloga Elizabeth Pissolato (2007), o movimento para os Guarani é a expressão de uma maneira própria de conceber o território, para além da lógica da terra indígena, estabelecida pelo Estado, em um amplo circuito de espaços nos quais ocorre intensa circulação, tanto de pessoas como de plantas, matérias-primas, sementes etc. Suas aldeias, interligadas por laços de parentesco e reciprocidade eram marcos de uma convivência rica em relações políticas, matrimoniais, religiosas e econômicas (Nimuendajú, 1987).

As trilhas que eram criadas ao longo das matas ciliares se entrelaçavam com as rotas fluviais formando uma teia de conexões, tornando-se elementos fundamentais para a construção e manutenção de sua identidade e coletividade pelo território.

No Brasil, a população Guarani é de aproximadamente 67.523 indígenas (IBGE, 2010), distribuídos principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No Estado de São Paulo vivem cerca de 4.138 pessoas.
De acordo com a Comissão Pró-indio do Estado de São Paulo, em 1950, o antropólogo Egon Schaden classificou os Guaranis em três subgrupos: Ñandeva, Kaiowá e Mbya, com base em diferenças no dialeto, costumes e rituais. Os Mbya habitam a região Sudeste, especialmente São Paulo, muitas vezes dividindo terras com outros povos indígenas. Os Ñandeva estão principalmente no Mato Grosso do Sul, mas também em outros estados do Sul e Sudeste. Enquanto os Kaiowá ocupam a região do Mato Grosso do Sul e Paraná. No entanto, esses subgrupos nem sempre correspondem aos nomes que os próprios Guaranis usam para se auto identificarem. Assim há grupos no oeste paranaense que se autodefinem como Avá-Guarani, e em São Paulo alguns se definem como Tupi.

Os nomes do rio Tamanduateí e seus diversos significados são testemunhos de uma ligação que vai além do uso físico das suas águas, representando um elo importante entre os indivíduos e seu território.

O rio Tamanduateí já foi chamado de rio Piratininga, o "rio dos peixes secos" (Ayrosa, 1933). Esse nome fazia referência ao fenômeno natural das cheias, quando os peixes ficavam presos nas curvas do rio e, ao secarem, atraíam tamanduás em busca de formigas. Com o tempo, ao observar a presença constante desses animais, o rio ganhou um novo nome: Tamanduateí, que significa "rio dos tamanduás verdadeiros" (Navarro, 2013). Outra interpretação, desta vez feita por Plínio Ayrosa (1993), associa o nome a "rio de muitas voltas, cheio de meândros", destacando o traçado sinuoso de seu curso.

Descrito como um rio de muitas voltas, o Tamanduateí não flui apenas; ele dança, serpenteando em um movimento eterno e ritmado. Essa dança nos remete a história de narrativa Kaingáng encontrada no livro “Joty, o Tamanduá” (2010), sendo o Tamanduá o mestre do canto e do encanto, da sabedoria e da dança.

Esses significados não são apenas definições, mas uma expressão poética da profunda relação entre os povos originários, o rio e o território, onde a partir de suas vivências com este corpo hídrico era possível lançar novos olhares e atribuir-lhes significados que, a princípio, soam distantes, mas revelam uma confluência complementar (Melo, 2017).

OUTRAS TROCAS E CONEXÕES

A Vila de São Paulo de Piratininga, fundada pelos jesuítas em 1554, foi escolhida em um ponto estratégico pela facilidade de acesso proporcionada pelos rios para o transporte e fornecimento de suprimentos essenciais. Haviam também as trilhas indígenas, tão importantes quanto os rios, formando um conjunto de caminhos, facilitando a ocupação do território. As rotas geralmente eram traçadas nas áreas de várzea, regiões caracterizadas por terrenos baixos e planos, acompanhando os cursos d’água que teciam uma ampla trama de ligações.

A proximidade com rios e várzeas influenciava a escolha de moradia, como no caso das aldeias indígenas ao longo do Tamanduateí. Esse conhecimento sobre o território foi crucial para os jesuítas, que escolheram a região para fundar a vila devido à posição privilegiada de uma colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. A localização oferecia acesso à água e proteção contra enchentes, que transformavam a colina em uma espécie de ilha, favorecendo os primeiros assentamentos.

Neste momento a relação entre as pessoas e o rio já havia se transformado. Para os indígenas, o rio era parte integrante da vida: um elemento fundamental para a construção de suas identidades. Com a chegada dos colonizadores, o Tamanduateí passou a carregar novos significados para construção e manutenção da vila.

Desde a fundação da vila, o rio Tamanduateí sofreu mudanças drásticas em suas formas de uso, onde suas águas que um dia foram utilizadas para conectar pessoas e como elo de identidades, passam a ser utilizadas para exploração do território e o transporte de pessoas escravizadas, marcando um capítulo doloroso da história de São Paulo. Além dessas atribuições ao rio, ele passa a ser utilizado em diversas atividades para geração de renda para a população. A pesca, a agricultura, o comércio, a mineração e a prestação de serviços como lavadeiras e aguadeiros são algumas das atividades praticadas na várzea do Carmo. (GOUVÊA, 2016; Carvalho, 2013).

A pesca desempenhava um papel essencial, garantindo alimento para muitas famílias e uma importante operação para o comércio. Mais tarde, um mercado de peixes seria construído às margens do Tamanduateí, o Mercado dos Caipiras, que futuramente se tornaria o mercado municipal (GOUVÊA, 2016). Inaugurado em 1887, tornou-se um importante centro comercial para a cidade, sendo demolido e reconstruído em 1927, refletindo a modernização e expansão urbana de São Paulo.

“O solo fértil das margens do rio permitiu a criação de hortas coletivas nas áreas da Mooca, Brás e Pari, onde os moradores cultivavam alimentos e reduziam a dependência de produtos trazidos de Santo André, formando uma rede de apoio local” (AB’SABER, 2004).

Rua 25 de Março, Guilherme Gaensly, 1898.

Mercado Municipal, Guilherme Gaensly, 1898.

Mercadorias de outras regiões também eram comercializadas e chegavam pelas águas do rio. “Produtos de fazendas distantes e até mesmo do litoral eram facilmente transportados por pequenas embarcações que descarregavam no principal porto, localizado abaixo da ladeira Porto Geral” (GOUVEIA, 2010)

Por volta de 1915, Becherini registrou a Ladeira Porto Geral, localizada na esquina da Rua 25 de Março em direção à Praça Antônio Prado. Conhecida por diversos nomes, como Beco do Barbas e Beco do Porto Geral, essa ladeira era um dos principais acessos ao rio, muitas vezes chamada de "Caminho que vai para o Tamanduateí", desde 1870.

Ao final da ladeira, canoas vindas de lugares como a Fazenda de São Caetano atracavam, trazendo alimentos e insumos para abastecer a cidade e impulsionar o comércio local. Outro caminho importante, o Beco do Colégio – mais tarde conhecido como Beco do Pinto, da Marquesa ou das Cancelas – também conectava diretamente a Rua do Carmo às margens do rio, reforçando a importância do Tamanduateí como eixo de integração e abastecimento de São Paulo.

Ladeira Porto Geral, Aurélio Becherini, 1915.

“Nos primeiros séculos, o cultivo de alimentos e a criação de animais em pequena escala tornaram-se pilares da vida comunitária, prática que persistiu por décadas nos bairros mais afastados e nas chácaras, sustentando famílias até o início do século XX. O excedente da produção era vendido no centro da cidade, principalmente nas áreas próximas às margens do rio”. (Freitas, 2019)

Por volta de 1898, uma fotografia tirada próximo à Ponte do Mercado retrata o agitado Mercado Municipal. Os pavilhões abrigavam pequenos horticultores que comercializavam seus produtos, enquanto à esquerda, cercados de arame farpado serviam para amarrar os animais usados no transporte das mercadorias. Ao fundo, destacavam-se pontos da cidade, como a torre da Igreja do Carmo, o prédio da Secretaria de Segurança Pública e o antigo Palácio do Governo, atual Secretaria da Educação, com seu jardim à direita. Em primeiro plano, o Rio Tamanduateí, era usado como espaço para lavar os animais e carruagens, ilustrando sua importância no cotidiano da cidade.

Rua 25 de Março, Guilherme Gaensly, 1898.

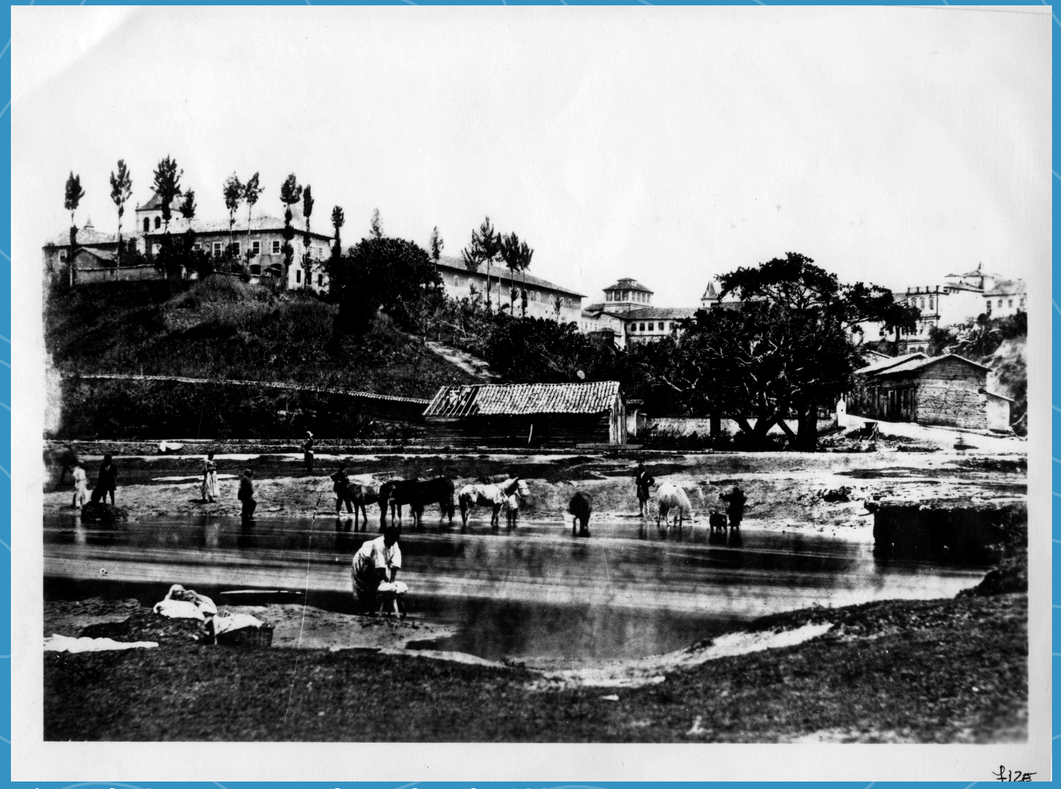
O Rio Tamanduateí desempenha um papel central nas transformações urbanas registradas na fotografia de 1862, feita por Militão. A imagem mostra mudanças significativas na relação entre o rio e a cidade, com a construção de muros e barreiras que simbolizam o afastamento das pessoas das águas. A fotografia captura uma cheia do rio, ainda com seu traçado sinuoso, contrastando com as obras de urbanização no Brás, como o aterro e as três pontes (do Carmo, do Meio e do Ferrão), que priorizavam caminhos artificiais. Ao fundo, a Várzea do Carmo está inundada, e a cidade começa a se expandir, isolando o rio.

Trinta e sete anos depois, outra fotografia de Militão revela uma São Paulo em pleno processo de urbanização, com ruas pavimentadas e postes de iluminação. Ao fundo, a várzea do Tamanduateí aparece seca e afastada, refletindo o distanciamento do rio, que antes era central para as dinâmicas sociais, mas agora é progressivamente excluído da cidade.

Ladeira do Carmo, Militão Augusto de Azevedo, por volta do ano de 1860.

Ladeira do Carmo, Militão Augusto de Azevedo, 1897.

MEMÓRIAS ÁS MARGENS: ENTRE O MOVIMENTO DAS ÁGUAS E O TRABALHO



Várzea do Carmo, autoria desconhecida, 1894.

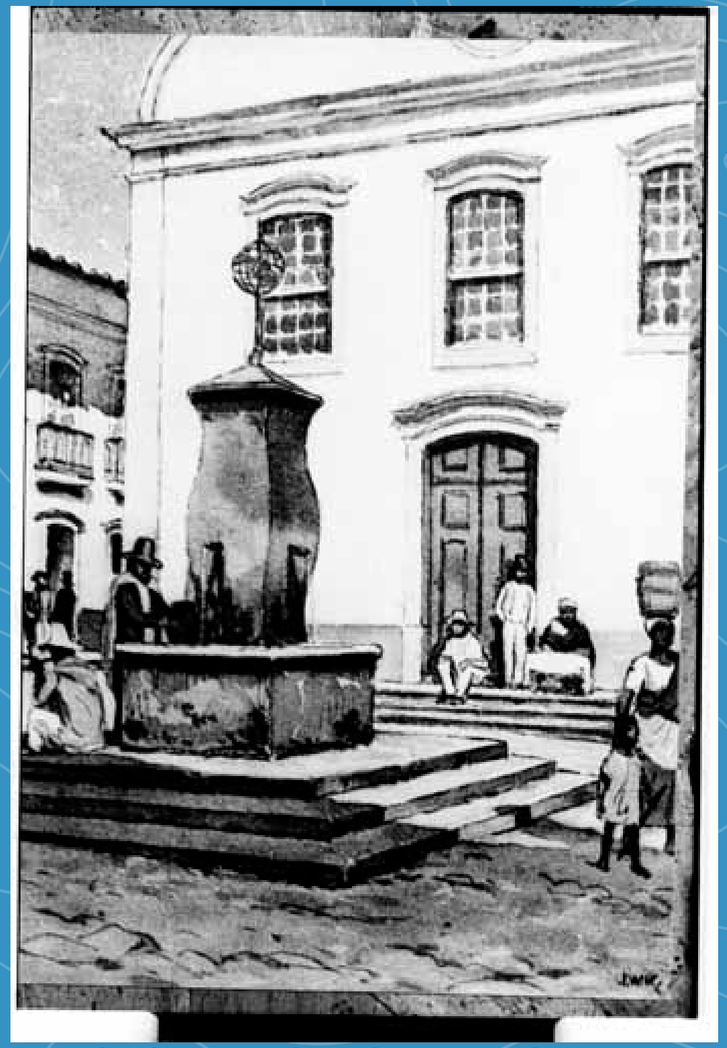
O rio Tamanduateí e suas várzeas ajudaram a moldar a identidade das lavadeiras do Carmo, mulheres negras que, geração após geração, se reuniam à beira do rio para realizar seu ofício. Elas transformaram as margens em um espaço de trabalho e resistência, “em épocas em que a cidade enfrentava graves problemas no abastecimento, a limpeza das roupas era ostentada por poucos. [...] Suas saias, adaptadas ao trabalho, eram encurtadas e amarradas com fio de barbante” (GOUVÊA, 2016). Enquanto se debruçavam sobre o rio, lavando as roupas sob o sol, ouviam-se o som das risadas, os cânticos e conversas, talvez segredos tenham sido compartilhados, guardados pelas águas do rio.

A partir do registro de autoria desconhecida, de 1894, da várzea do Carmo, é possível ver as lavadeiras trabalhando. Com o tempo, porém, foram desaparecendo à medida que o rio foi transformado por projetos urbanos que afastaram as pessoas de suas águas. “Expulsas da várzea do Carmo, essas mulheres foram deslocadas para as periferias, distantes do centro e da elite. O deslocamento forçado reflete uma história de violência” (Melo, 2017) e negligência, onde os corpos de pessoas negras, indígenas e pobres, assim como os próprios rios, foram silenciados e afastados, prolongando o distanciamento entre o humano e a natureza, um processo que teve início ainda no período pré-colonial com os Guarani.

O trabalho dos aguadeiros era outra atividade de geração de sustento possibilitada pelo rio, tornando-se figuras essenciais para a cidade nos tempos de escassez de água. Os aguadeiros coletavam água e a distribuía pela cidade, vendendo os galões de casa em casa (GOUVÊA, 2016), tornando-se uma presença constante no cotidiano urbano, fundamentais para a vida da comunidade. Esses usos refletiam uma relação prática e comunitária com o rio, visto como um recurso compartilhado e indispensável para a subsistência.

Com o crescimento da cidade e a expansão das atividades econômicas, essa relação se modificou: o que antes era um espaço coletivo, onde todos tinham acesso ao uso do rio gradualmente foi se transformando. Caminhos e pontes, inicialmente construídos para conectar pessoas e facilitar o uso comum, começaram a atender principalmente aos interesses de propriedades privadas.

A necessidade de adaptar a cidade à topografia e às funções defensivas contribuiu para um planejamento que priorizou o individualismo em detrimento do coletivo. As terras próximas ao Tamanduateí passaram a ser cercadas e apropriadas por particulares, deixando de ser um bem comum. Essa privatização limitou o acesso às águas do rio, prejudicando a lógica de uso comunitário que antes prevalecia.



Aquarela de J. Wasth Rodrigues criada para o IV Centenário de São Paulo em 1954. (Chafariz do Thebas, séc. XVIII - Propriedade da Prefeitura de São Paulo). Fotografia de Benedito Junqueira Duarte, 1978.

UM RIO QUE PAROU DE DANÇAR

Várzea de Santa Rosa, de 1912, autor desconhecido.

O rio Tamanduateí sofreu sua primeira intervenção quando foi visto pelo olhar colonizador como um possível objeto de exploração econômica, marcando o início de sua transformação. Antes mesmo do século XVIII, essa visão já configurava uma intervenção inicial que alteraria sua essência natural. Com o tempo, ações concretas passaram a modificar fisicamente o rio, que deixou de ser um "corpo que dança" integrado ao ambiente para se tornar um "corpo que corre", adaptado às demandas de uma cidade em crescimento.

O Tamanduateí, que ao longo do tempo foi ponto de encontro e convivência para as camadas mais pobres da cidade, passou a ser visto com desdém pela elite, que buscava, através dessas intervenções, afastar os trabalhadores da área (Ramalho, 2005). De acordo com Delijaicov “as obras de ‘embelezamento’ do rio Tamanduateí representaram um esforço da elite paulistana para transformar áreas públicas em privadas, por meio do aterro e loteamento do leito maior do rio, restringindo-o ao seu uso mínimo: apenas para a circulação, com objetivos mercantilistas”.

O rio que antes dançava sobre a várzea, mudando inclusive de lugar em tempos de cheias periódicas, agora corre tamponado embaixo de ruas e avenidas. Distante das pessoas, ele é um corpo que não pode ser tocado e em poucos casos, poderá ser visto.

Antes de 1500

Antes de 1500 - Tamanduateí em seu curso natural e sinuoso. Neste momento, o rio era ocupado por populações indígenas Guaranis.

Século XVI

O rio passa a atender demanda utilitárias, como transporte e exploração do território para a fundação da vila.

Séculos XVII e XVIII

1700 - Retificação de trechos do rio e diminuição da utilização das rotas fluviais.

1782 e 1786 - Primeira tentativa de embelezamento da várzea. Foi aberta uma vala para corrigir uma curva do rio, perto do futuro Largo do Hospício. A intervenção fez o Tamanduateí contornar o terreno onde depois surgiria a Rua da Figueira.

Século XIX

1844 - Trecho principal do rio no centro da cidade é retificado.

1849 - Retificação do rio e fim das navegações.

1849 - Projeto de embelezamento na região central da cidade ao longo da várzea do rio, incluindo a abertura da rua 25 de Março e um boulevard.

1867- Inauguração da ferrovia Santos-Jundiaí, parte da várzea foi drenada, aterrada e loteada. Fábricas e indústrias passam a ocupar suas margens.

1868 - O rio continua com três canais laterais no trecho do centro da cidade e sinuoso no restante.

1870 - Desinteresse da cidade pelo uso de rotas fluviais.

1872-1875 - Esforço urbano para embelezar e reorganizar a cidade, neste período surgem a Ilha dos Amores, o gás canalizado, a iluminação pública e o Gasômetro.

1897 - Retificação e canalização do centro até sua foz no Rio Tietê, consolidando a ocupação urbana e substituindo os canais laterais por uma única calha contínua.

Século XIX

Século XX

1920 - 1930 - Rodoviarismo ganha força durante este período.

-Implementação do Parque Dom Pedro II torna o uso e acesso ao rio restrito.

-Ampliação da Av. do Estado e da calha do rio, tornando o rio distante das pessoas.

1960 e 1970 - Abertura de avenidas de fundo de vale tampando os rios e córregos

1973 - Passagens de nível foram substituídas por viadutos e alças rodoviárias, e parte do parque foi ocupada pela construção de um terminal de ônibus e estacionamento.

1986 - Trecho do rio Tamanduateí é tamponado.

Século XXI

2007 - O Fura-fila, atual Expresso Tiradentes, é implementado às margens e sobre o rio tamponado.

RIOS E VÁRZEAS UMA CATEGORIA SOCIAL: MEMÓRIA POR ENTRE AS ÁGUAS

Como os rios se fazem presentes em nossas vidas? De que forma nos conectamos com eles? Questões como essas são importantes para refletirmos sobre a presença dos rios em nosso cotidiano. Eu, assim como muitos outros, imaginei os rios de maneira abstrata, como algo distante do meu dia a dia. Nunca os vi, enquanto algo vivo, curvilíneo e que perpassa por todo território em que nasci e hábito até hoje.

Essa percepção só caiu por terra, no instante em que comecei a cavucar - como um arqueólogo faz com os seus achados que remetem a sociedades passadas - a história da minha cidade. Entendi, primeiramente, que a São Paulo que me foi apresentada como o apogeu do progresso, teve suas origens entrecruzadas por uma série de rios que nomeiam grandes lugares pelos quais passei por toda a minha existência. Sem ao menos parar para pensar, que o trecho de rio que está abaixo da ponte que sempre cruzei com os meus pais, para fazer o caminho de saída do João XXIII para a cidade, demasiadas vezes me trazia um cheiro ruim, odor que se instalou na minha memória, e que me fez remeter a esse rio como um espaço de incômodo na cidade, fazendo com que o rio Tiête ganhasse tônus na minha memória como um espaço de aborrecimento.

E foi atravessando os rumos que a idade e o me fazer crescer me

trouxeram que fui entendendo que o que torna esses rios fedorentos e sinônimos de incômodos na cidade, são as nossas próprias intervenções sobre eles, principalmente, a nos relacionarmos com eles, como se fossemos seres opostos que habitam um mesmo espaço. Fato, que o próprio arcabouço da história faz ruir, pois se pegarmos um só rio, ou melhor, um só trecho de um rio, como uma várzea, podemos perceber o quanto o rio faz parte da nossa vida desde os primórdios, e que não podemos fazer o trabalho de reconstituição histórica da nossa cidade sem pensar na sua presença - e participação - na nossa sociedade.

Um bom exemplo é o caso da várzea do Carmo e a sua relação com a cidade que se formava no alto de uma colina, que ao longo dos séculos se alargou dando origem a essa metrópole que conhecemos. Quando falo da Várzea do Carmo, falo do trecho do Rio Tamanduateí, que se estendia abaixo da antiga rua do Carmo, que nos dias atuais se equivale ao conjunto formado pelas ruas Roberto Simonsen e a Rua do Carmo, e atualmente ocupa o território correspondente ao Parque Dom Pedro.

No período em que este local se chamava Várzea do Carmo, - séculos XVIII e XIX - fazia parte do cotidiano das pessoas que moravam nessa região e, portanto, fazia parte da cidade que se formava ali.

E quando afirmo que a várzea estava presente no processo de formação da região, refiro-me ao contato com o rio, de onde se extraíam os meio de subsistência das pessoas, seja na retirada do material para a construção das casas, na retirada de água para sua alimentação e dos animais de criação, lavagem de roupas e utensílios domésticos, entre outros usos. Desta forma sendo um local em que a população - em grande parte anônima nos registros históricos - retirava seus meios de subsistência. A Várzea do Carmo, para muitas das lavadeiras, da população escravizada, era um ambiente de trabalho.

Para além deste espaço servir como provedor de matéria para sobrevivência dessa sociedade, a várzea era ponto de encontro, era local fortuito para que amizades, desentendimentos, arranjos políticos e tudo mais (FERREIRA, 2000) acontecesse, portanto se apresentava não apenas enquanto um produto - objeto - dentro das relações sociais, mas, sim, se faz enquanto um vetor social (MENESES, 2009).

Vetor social, pois, ao mesmo tempo, nos ajuda a documentar e entender a permanência de corpos que são comumente excluídos da sociedade, como os caipiras, negros, mulheres, entre outros, e inserir esses corpos na narrativa acerca da cidade, ele também opera

como um agente dentro das dinâmicas sociais. No caso, entender a Várzea do Carmo, nos ajuda a perscrutar as relações entre pessoas e a natureza no espaço.

Adquirir conhecimento acerca da formação da cidade e da sua íntima relação com a Várzea do Carmo foi uma forma de entender como o contato com os rios, e como desdobramento, com as várzeas, é algo comum nas nossas vidas, só não temos consciência disso. Quando percebi essa conexão, passei a refletir como os rios e as várzeas podem ser interpretados como conceitos sociais.

Conceitos sociais, porque nos relacionamos com os rios e várzeas de diferentes maneiras, seja por meio de sua materialidade ou de sua abstração. Materialmente, eles se manifestam em nosso cotidiano por meio dos córregos que encontramos, por vezes despercebidos, nos bairros onde vivemos. Quantas vezes, por exemplo, cruzei o Córrego do Uirapuru a caminho do mercado? Ou passei por trechos do Córrego Pirajussara enquanto transitava pela Avenida Eliseu de Almeida? Essas experiências demonstram como as paisagens urbanas fazem parte de nossas vidas, mesmo que raramente as notemos de forma consciente.

Quantos campos de futebol de várzea há no meu bairro - e nos tantos outros bairros da periferia. Falo acerca dos Campos de Futebol de Várzea, pois eles se tornaram um marcador espacial e cultural nas periferias, e eles só se chamam desta forma, pois estão localizados próximos de alguma várzea de um rio, e portanto, assim como há mais de quatro séculos a cidade que conhecemos começou a se formar próximo a uma várzea, os outros pontos da cidade em que nascemos, e habitamos, também se formaram a partir dessa relação, com os rios e os derivados - como as várzeas e a os córregos - esses que fizeram e fazem parte da nossa vida, seja na construção das paisagens que constituem a nossa memória, ou na nossa cultura - vivência, lazer.

Portanto, pensar os rios e as várzeas enquanto categorias sociais é inserir a sua história, presença, nos meandros das nossas vidas, nos entendimentos e nas relações que constituímos com os territórios, das nossas memórias. Entender por quais meandros passam os rios da nossa cidade, que formas eles se mostram presentes, as maneiras que nos relacionamos com ele, é uma forma equivalente a entender por que águas a vida nos leva, e por quais caminhos gostaríamos de navegar com os rios fazendo parte da nossa vida, como um organismo, e não como um objeto ora de exploração, ora de incômodo.

Heloisa Rosa
Educadora MCSP

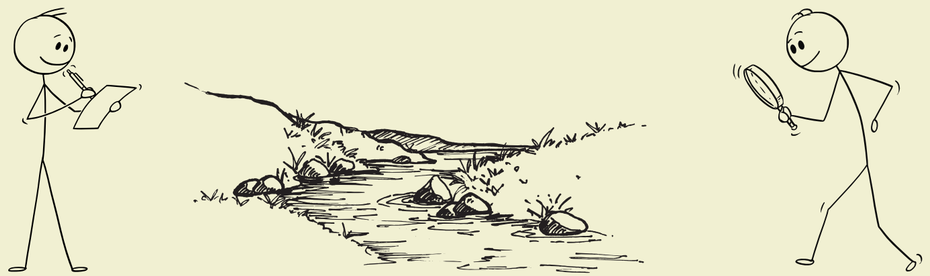
QUAIS MEMÓRIAS AS ÁGUAS NOS TRAZEM E QUAIS ELAS LEVAM?

IDENTIFICANDO O RIO TAMANDUATEÍ NA CIDADE DE SÃO PAULO

É possível reconhecer o rio Tamanduateí ao longo da cidade, mesmo após as intensas transformações urbanas. Identificá-lo em meio à metrópole exige um olhar atento às marcas que ele ainda imprime na paisagem, sejam elas físicas, históricas ou simbólicas. Destacamos algumas maneiras de se mergulhar a fundo em sua história.

1. Observação dos traçados das avenidas

O rio Tamanduateí foi progressivamente retificado ao longo dos séculos e muitas avenidas seguem o curso de seu antigo leito. Por exemplo, a Avenida do Estado acompanha boa parte do trajeto do rio, especialmente na região central. A presença de pontes e viadutos ao longo dessa via também sinaliza os cruzamentos sobre o Tamanduateí.

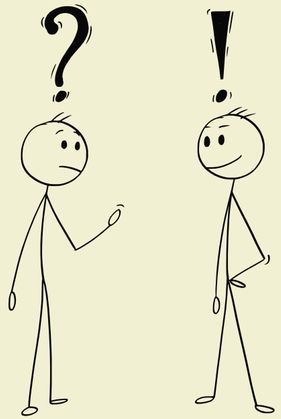


2. Identificação das áreas de várzea e topografia baixa

As várzeas, que em outros tempos margeavam o rio e permitiam atividades como agricultura e pesca, hoje estão parcialmente ocupadas por espaços urbanos e industriais. No entanto, a topografia plana dessas regiões, como no Parque Dom Pedro II e na região do Brás, é uma pista de sua conexão com o Tamanduateí. Essas áreas, historicamente sujeitas a inundações, ainda refletem a presença do rio mesmo com a urbanização.

3. Elementos arquitetônicos e históricos

Alguns locais preservam indícios da relação histórica com o rio. O Mercado Municipal de São Paulo, por exemplo, está localizado próximo ao antigo curso do Tamanduateí e reflete a atividade comercial que dependia do transporte fluvial. A região do Porto Geral, na Rua 25 de Março, também era um ponto de conexão de embarcações que utilizavam o rio como via de acesso.

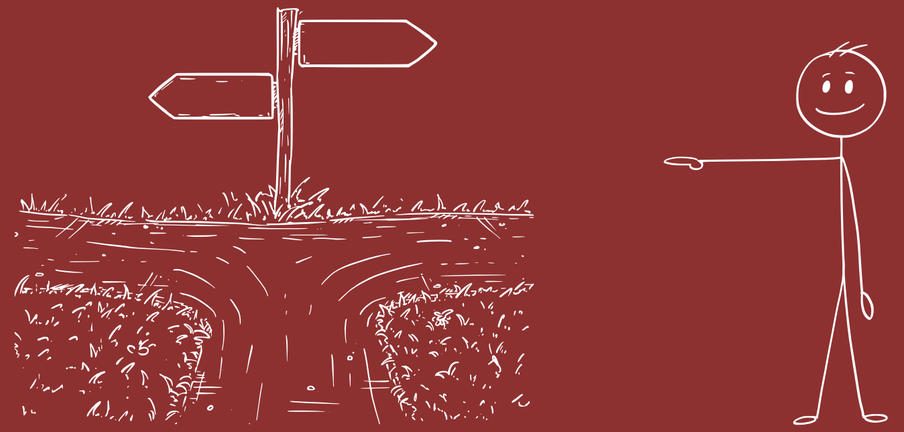


4. Infraestruturas de saneamento e canalização

O rio Tamanduateí foi transformado em um canal para controle de enchentes e escoamento de esgoto. Esse confinamento é visível nas regiões centrais, onde o rio corre em calhas de concreto. Embora isso tenha alterado drasticamente sua aparência natural, o traçado retilíneo do canal indica onde ele ainda flui.

5. Parques e áreas verdes ligadas ao rio

Áreas como o Parque Dom Pedro II e regiões próximas preservam partes da história do rio Tamanduateí. Esses lugares contam com placas, nomes de ruas e elementos da paisagem que relembram a importância do rio no crescimento da cidade.

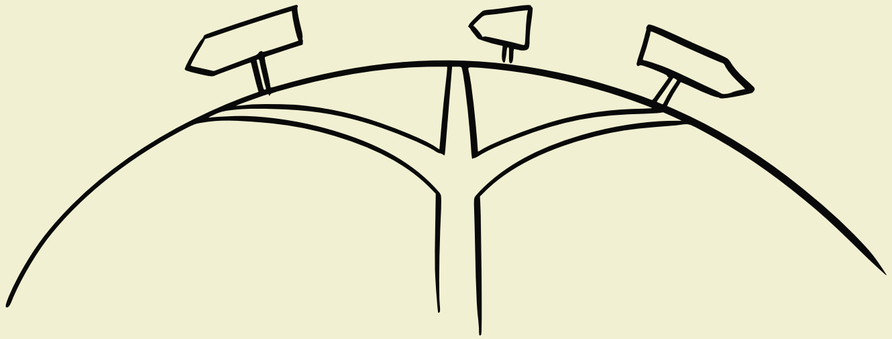


6. Memórias e histórias locais

Além das evidências físicas, o rio Tamanduateí está presente nas memórias coletivas e na cultura de São Paulo. Histórias das lavadeiras, dos aguadeiros e das antigas práticas de pesca e comércio ao longo de suas margens podem ser encontradas em registros históricos e no imaginário popular. Essas narrativas ajudam a dar contexto à sua localização atual e ao significado de sua presença.

7. Interpretação dos mapas antigos e atuais

Comparar mapas históricos com os atuais é uma ferramenta poderosa para identificar o percurso do rio. Os mapas antigos mostram seu curso sinuoso, enquanto os modernos apresentam sua retificação. Essa sobreposição permite visualizar como a cidade cresceu à medida que o rio perdia cada vez mais suas características naturais.



Reconhecer o Rio Tamanduateí na São Paulo de hoje é um exercício de olhar além do concreto e das transformações urbanas. Apesar de todas as mudanças, ele continua presente: tanto em seu curso dágua quanto em suas marcas históricas. É como uma testemunha viva das relações entre o humano e o meio ambiente ao longo dos séculos.

Preservar a memória do rio Tamanduateí é mais do que reconhecer sua importância histórica, é um convite a reimaginar São Paulo como uma cidade onde cultura, natureza e humanidade coexistem.

O Tamanduateí não é apenas um vestígio de um passado distante, mas um elo vivo que nos conecta às histórias das pessoas que moldaram sua identidade ao longo dos séculos – das lavadeiras aos comerciantes, dos indígenas aos imigrantes. Resgatar suas memórias é um ato de resistência contra o apagamento e uma oportunidade de criar um futuro onde o rio possa ser muito mais do que um curso de água confinado.

Referências bibliográficas

AYROSA, Plínio. *Primeiras noções do Tupi*. Edição. São Paulo. 1933.

BRUNO, E. S. *História e Tradições da Cidade de São Paulo, Arraial dos Sertanistas* (1554-1828), vol I. 4a ed. Ed. Hucitec, São Paulo, 1991a. [1a edição 1953].

DELIJAICOV, Alexandre. *Os rios e o desenho da cidade*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 1998.

FREITAS, Gabriela Santos de. *A Rede Fluvial como Estruturante da Urbanização Paulistana: Um olhar atento sobre o rio Tamanduateí*. 2019, p: 83 . Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2019.

GOUVÊA, José Paulo Neves. *A presença e a ausência dos rios de São Paulo: acumulação primitiva e valorização da água.* 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOUVEIA, Isabel Cristina MorozCaccia. *Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas: aplicação da abordagem da Geomorfologia Antropogênica na Bacia Hidrográfica do Rio Tamanduateí, na Região Metropolitana de São Paulo.* 2010. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELO, Berta de Oliveira. *Águas errantes - uma narrativa sobre o rio Tamanduateí, a cidade e a arte.* 2016, p: 140. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O Campo do Patrimônio: Uma Revisão de Premissas. Conferência Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto. IPHAN. 2009.

NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil.* 1° Ed. São Paulo: Global, 2013.

NEGRO, Maurício; KAINGÁNG, Vãngri. *Jóty: o tamanduá: reconto Kaingáng.* 2010. São Paulo: Global, 2010.

RIBEIRO, Vanessa Costa. Várzea do Carmo a Parque D. Pedro II: de atributo natural a artefato. Décadas de 1890 a 1950. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Carlos Ferreira dos. Várzea do Carmo: Lavadeiras, Caipiras e Pretos Véios. Memória e Energia. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 27. 2000, 96 p

Referências bibliografia dos meios eletrônicos

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Guarani Mbya e Tupi. Disponível em: https://cpisp.org.br/povos-indigenas-em-sao-paulo/povos-indigenas/guarani-e-tupi/#:~:text=Um%20dos%20elementos%20que,redes%20de%20parentesco%20e%20reciprocidade.

Entre Rios - A urbanização de São Paulo. Direção: Caio Silva Ferraz. São Paulo: SENAC-SP, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNIc